

Governança e Conflitos Socioambientais | Governance and Socio-environmental Conflicts

Autores / Authors: Jeremy M. Campbell, Regina Silva, Elliott Oakley,
e / and Reginaldo Obi Ala



Inventário Rápido Biológico e Social No.33 | Rapid Biological and Social Inventory 33 Alto Rio Içá, Brasil, maio/May 2025

FEVEREIRO / FEBRUARY 2026

Como citar/Cite as: Campbell, Jeremy M., Regina Silva, Elliott Oakley, e / and Reginaldo Obi Ala. 2026. Governança e Conflitos Socioambientais / Governance and Socio-environmental Conflicts. Chapter of Campbell, J.M., R.E. Oakley, C. Rutt, N.C.A. Pitman, and Fernanda Werneck (eds.), 2026. Brasil: Alto Rio Içá — Biological and Social Rapid Inventory 33. Chicago: Field Museum of Natural History.



Veja o relatório completo /
View the entire report here



Field Museum of
Natural History



Instituto Nacional de
Pesquisas da Amazônia
(INPA)



Wildlife Conservation
Society - Brasil (WCS)



Instituto de
Desenvolvimento
Sustentável
Mamirauá (IDSM)



Núcleo de Estudos
Socioambientais do
Amazonas (NESAM –
UEA/UFAM)

As Comunidades do Alto Rio Içá: Mamuriá I, Mamuriá II, Nova Esperança, Nova Floresta do Urutauí, São José, e Três Corações de Jesus

Capítulo 11 — Governança e Conflitos Socioambientais

Autores: Jeremy M. Campbell, Regina Silva, Elliott Oakley, e Reginaldo Obi Ala

Introdução

Este capítulo analisa como as comunidades indígenas do Alto Rio Içá governam seus territórios, manejam os recursos naturais e respondem a pressões socioambientais crescentes. O objetivo é compreender os valores e práticas que sustentam os sistemas locais de governança, bem como as dinâmicas que os desafiam ou transformam. Especificamente, buscamos responder a duas questões centrais: (1) quais normas, instituições e estratégias estruturam a governança local no Alto Rio Içá? e (2) que tipos de ameaças socioambientais — internas e externas — incidem sobre esses sistemas?

Abordamos a governança não como uma estrutura institucional estática, mas como um conjunto de práticas inscritas na vida cotidiana das comunidades. Essas práticas regulam o acesso à terra e à água, organizam processos coletivos de tomada de decisão e mediam tanto as relações interpessoais quanto o engajamento das comunidades com atores externos. Essa concepção dialoga com a antropologia política e com os estudos sobre governança indígena, que definem governança simultaneamente como “capacidade de governar” e “direito à autodeterminação”, enraizados em cosmologias locais, economias morais e sistemas de obrigação recíproca. Os conflitos socioambientais, por sua vez, são compreendidos como rupturas dessas práticas, decorrentes de disputas por recursos, reivindicações territoriais concorrentes ou da imposição de modelos legais ou econômicos incompatíveis (ver Zárate-Rueda et al. 2022). No Alto Rio Içá, essas rupturas não são abstratas: constituem experiências vividas, profundamente entrelaçadas à degradação ambiental, à ausência institucional e à emergência de novas reivindicações políticas.

A unidade de análise deste capítulo é um conjunto politicamente coeso de seis comunidades indígenas alinhadas à proposta em curso de demarcação de uma Terra Indígena unificada no Alto Rio Içá: Mamuriá I, Mamuriá II, Nova Floresta, Três Corações de Jesus, Nova Esperança e São José. A população dessas comunidades, composta principalmente por famílias Kokama, Tikuna e Kambeba, é estimada em cerca de 250 pessoas. A maioria das comunidades foi fundada nas décadas de 1980 e 1990 por famílias indígenas que buscavam retornar a territórios ancestrais após o colapso da economia da

borracha e um período de intensa precariedade e insegurança em Santo Antônio do Içá. Duas comunidades adicionais da região, que compartilham perfis geográficos e culturais semelhantes, optaram por não participar da pesquisa em função de divergências políticas quanto aos caminhos a seguir — particularmente no que diz respeito ao apoio à demarcação de território indígena ou à regularização do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) do INCRA.

Métodos

Este capítulo baseia-se em métodos etnográficos e participativos especificamente desenhados para documentar práticas de governança indígena, estratégias de gestão de conflitos e processos de tomada de decisão territorial no Alto Rio Içá. Em vez de reapresentar o arcabouço metodológico completo do Inventário Social, esta seção destaca apenas os procedimentos mais diretamente relacionados à análise da governança e dos conflitos socioambientais. Uma descrição detalhada do desenho geral da pesquisa, do enquadramento conceitual e dos métodos empregados ao longo de todo o Inventário Social encontra-se no Capítulo 8 – Panorama Geral do Inventário Social.

Pré-campo. A equipe de pesquisa realizou uma revisão dirigida de documentos e marcos institucionais relacionados à posse da terra, à governança e à regulação ambiental no Alto Rio Içá. Essa revisão incluiu relatos históricos sobre a formação das comunidades, análises da Cruzada (Irmandade da Santa Cruz), acordos existentes de manejo pesqueiro (*Acordos de Pesca*) e registros públicos da FUNAI, INCRA, ICMBio e SESAI. Com base nesse levantamento, foi elaborado um conjunto de perguntas orientadoras para direcionar a coleta de dados sobre estruturas de liderança, processos decisórios, normas de uso de recursos, conflitos internos e externos e relações institucionais.

Campo. A pesquisa social de campo, realizada em maio de 2025, concentrou-se em seis comunidades indígenas alinhadas à proposta de demarcação de uma Terra Indígena unificada no Alto Rio Içá. Os dados foram produzidos principalmente por meio de conversas coletivas semiestruturadas, realizadas em espaços comunitários e envolvendo anciãos, caciques,

mulheres, jovens, lideranças religiosas e outras figuras de referência local. Essas discussões abordaram temas como seleção e legitimidade da liderança, normas de governança, regras de manejo pesqueiro e florestal, mecanismos de resolução de conflitos e ameaças percebidas.

As atividades de pesquisa foram co-facilitadas por colaboradores indígenas, o que possibilitou um diálogo e uma interpretação culturalmente situados. Além disso, as comunidades participaram da construção de linhas do tempo coletivas e de mapas participativos, situando os desafios atuais da governança em trajetórias históricas mais longas e em configurações espaciais do controle territorial.

Pós-campo. Após o trabalho de campo, os pesquisadores sistematizaram notas detalhadas e sínteses temáticas das conversas registradas. Os dados foram analisados de forma colaborativa para identificar padrões nas práticas de governança, fontes de conflito, lacunas institucionais e estratégias de defesa territorial. Os resultados foram triangulados entre comunidades e contextualizados à luz da bibliografia regional e de marcos de política pública. Versões preliminares da análise foram revisadas internamente pela equipe de pesquisa, incluindo colaboradores indígenas, antes da redação final.

Resultados e Discussão

O Alto Rio Içá é um dos últimos grandes interflúvios florestais do oeste amazônico brasileiro que permanecem sem reconhecimento territorial formal. Trata-se de uma floresta pública federal — não destinada, desprotegida e juridicamente ambígua. Do ponto de vista da governança, esse status produz simultaneamente vulnerabilidade e urgência. Embora as comunidades continuem a regular o uso da terra, da água e da floresta por meio de seus próprios sistemas de normas e tomada de decisão, a ausência de reconhecimento jurídico formal de seus direitos territoriais as expõe a incursões, à especulação fundiária e à expansão de economias ilegais.

O Ministério do Meio Ambiente classificou esta região como de “importância extremamente alta” para a conservação da biodiversidade. Ainda assim, a presença institucional é fraca ou inexistente: a FUNAI não mantém escritório permanente na área; a atuação da SESAI e do ICMBio é esporádica; e a reivindicação do INCRA sobre a área, por meio do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Vila Alterosa do Juí, é implementada de forma inconsistente e pouco compreendida pelos moradores locais.

O contexto geopolítico de tríplice fronteira — com a região situada próxima ao encontro entre Brasil, Colômbia e Peru — intensifica esses desafios. As comunidades relatam incursões frequentes de pescadores e caçadores colombianos e, de forma crescente, de atores associados ao narcotráfico e à mineração ilegal. O Alto Içá é, assim, um espaço no qual a governança indígena opera sob condições de negligência institucional, ambiguidade legal e disputa territorial — não apenas entre atores locais, mas também em relação a Estados vizinhos e pressões transfronteiriças.

Ao mesmo tempo, este não é apenas um contexto de ameaça ou ausência. As seis comunidades focalizadas do Alto Rio Içá demonstram sistemas de governança robustos e adaptativos, fundamentados no trabalho recíproco (*mutirão*), na tomada de decisão coletiva, na obrigação espiritual e em uma ética de cuidado com o território. Caciques e anciãos exercem liderança não por comando, mas por meio da construção de consensos e da confiança relacional. Famílias colaboram na rotação de áreas de uso, na regeneração florestal, na proteção de lagos e na prática cerimonial. Decisões sobre manejo de recursos — quando plantar, onde pescar, como responder a incursões — são debatidas em reuniões comunitárias, orientadas por normas costumeiras e informadas por conhecimentos ecológicos e espirituais transmitidos entre gerações.

A religião desempenha um papel estruturante central. A Irmandade da Santa Cruz, um movimento católico leigo com forte influência moral e organizativa na região, frequentemente se sobrepõe à autoridade política, moldando normas de liderança e regulando comportamentos. Embora esse sistema tenha promovido paz, cooperação e trabalho coletivo, também, em certos momentos, limitou a participação mais ampla — especialmente de mulheres e jovens. Essas dinâmicas internas, assim como as pressões externas, fazem parte da história da governança no Alto Rio Içá.

A governança territorial na região também reflete um processo contínuo de retomada e reafirmação. Conforme documentado por Rubim (2016a, 2016b) e Pontes (2018), a identidade indígena no Alto Solimões tem sido reconfigurada por meio de lutas territoriais, mobilização política e (re)interpretações criativas da tradição. No Alto Içá, a convergência entre governança comunitária, reivindicações territoriais e proteção ambiental revela um modelo de governança profundamente enraizado na continuidade cultural, mas sensível à mudança. Este capítulo busca documentar e analisar esse modelo — suas forças, tensões e seu potencial para

informar uma política mais ampla de conservação liderada por povos indígenas e de gestão territorial.

Ao analisar os sistemas de governança do Alto Rio Içá, este capítulo contribui para um campo crescente de estudos que enfatiza o papel central dos povos indígenas na conservação amazônica — não como beneficiários ou colaboradores, mas como detentores de conhecimento e autoridades territoriais. O capítulo também dialoga com debates contemporâneos sobre governança plural, ciência intercultural e o futuro do reconhecimento legal e institucional na Amazônia.

Governança, organização social e normas

Nas seis comunidades do Alto Rio Içá visitadas durante este estudo, a governança não se apresenta como uma estrutura estática, mas como uma prática fluida e negociada, enraizada em relações de parentesco, reciprocidade, cosmologia espiritual e trabalho coletivo. Em vez de ser imposta externamente ou codificada de forma burocrática, a governança é sustentada pela prática cotidiana — pelas formas como as pessoas cultivam roças, pescam nos lagos, resolvem disputas, convocam reuniões e decidem em quem confiar para liderar. Embora cada comunidade tenha sua própria trajetória e dinâmicas internas, todas compartilham uma visão comum do território como uma paisagem vivida e moral, onde decisões são negociadas relacionalmente e ancoradas espiritualmente.

As principais autoridades políticas nessas comunidades são os caciques, geralmente escolhidos por consenso comunitário, e não por eleições formais. A liderança costuma emergir da combinação entre reputação moral, vínculos de parentesco, conhecimento ritual e uma trajetória comprovada de serviço à comunidade. Em várias comunidades, o papel de cacique é transmitido de pai para filho, mas sempre condicionado ao consentimento do coletivo.

O cacique é responsável por convocar reuniões, representar a comunidade nas relações com atores externos (como órgãos governamentais, ONGs e instituições religiosas), mediar conflitos e organizar eventos coletivos. No entanto, a autoridade raramente é centralizada. Anciãos, líderes espirituais e figuras religiosas frequentemente desempenham papéis paralelos, moldando consensos por meio de narrativas, persuasão moral e invocação ritual. Como afirmou um ancião de Nova Esperança: *“O cacique escuta. Ele não manda. Se ele manda, ninguém vai para a reunião.”*

Uma força estruturante central na vida social e moral de muitas comunidades é a Cruzada, ou Irmandade da Santa Cruz, um movimento católico leigo que se originou no

Alto Solimões e se difundiu amplamente entre comunidades Tikuna, Kokama e Kambeba. Os membros da Cruzada praticam disciplina moral, abstinência de álcool, rituais diários de oração e jejuns coletivos. A Irmandade é frequentemente percebida como uma força estabilizadora, reforçando a não violência, a ordem comunitária e normas compartilhadas de conduta.

Em algumas comunidades — especialmente Mamuriá I e Três Corações — lideranças da Cruzada também são vistas como co-governantes, conferindo legitimidade moral ao trabalho político do cacique. Espaços da igreja funcionam, nesses casos, como espaços de governança. Conflitos são rezados, assim como debatidos. No entanto, a influência da Cruzada não é isenta de tensões. Algumas mulheres e jovens expressam preocupação de que sua predominância limite visões alternativas de liderança e participação. Em São José, por exemplo, famílias não vinculadas à Cruzada relataram sentir-se “invisíveis” nas reuniões comunitárias, sem condições de questionar decisões percebidas como divinamente legitimadas.

O papel da Irmandade na governança exemplifica uma dinâmica mais ampla no Alto Içá: uma governança normativamente densa, na qual a autoridade política está sempre vinculada a códigos espirituais e morais. Se essa vinculação promove harmonia ou exclusão depende do contexto, mas sua presença é incontestável.

Um dos temas mais recorrentes em todas as seis comunidades foi o papel central do mutirão, ou trabalho coletivo. Esses eventos mobilizam a força de trabalho comunitária para tarefas como o plantio da mandioca, a construção de casas, a escavação de canoas ou a limpeza de caminhos comuns. Organizados pelo cacique ou por outras figuras respeitadas, os mutirões não são remunerados, mas reciprocados — os participantes sabem que, em algum momento, também serão ajudados. Mais do que uma estratégia econômica, o mutirão é uma técnica de governança. Ele testa a legitimidade da liderança (“quem consegue chamar as pessoas para trabalhar”), fortalece a coesão comunitária e reforça normas de ajuda mútua.

Para além do trabalho coletivo em roças, da construção de casas ou embarcações e da organização de festas, os princípios da governança local também se estendem ao manejo dos recursos aquáticos e florestais. Cada comunidade possui regras próprias sobre quando, onde e como pescar. Essas regras são geralmente baseadas em ciclos sazonais, fases lunares e deliberação coletiva. Por exemplo, os períodos de reprodução (*piracema*) de diversas espécies de peixes são cuidadosamente

acompanhados, e a pesca é estritamente proibida nesses momentos. Certos lagos são designados para uso exclusivo; outros são manejados em regime de rodízio. Em São José, lagos próximos a locais sagrados estão sujeitos a restrições adicionais, fundamentadas em crenças sobre a presença de encantados, ou seres espirituais, que protegem ou punem de acordo com o comportamento humano.

Esses acordos de manejo pesqueiro foram negociados coletivamente, tanto dentro quanto entre comunidades do Alto Rio Içá, ao longo das últimas duas décadas. Eles cumprem um duplo objetivo: organizar o comportamento local para evitar conflitos internos e estabelecer um sistema de manejo que desencoraje atividades não autorizadas por parte de terceiros. Essas normas são amplamente conhecidas na comunidade, mas nem sempre formalizadas por escrito. Em vez disso, são transmitidas pela prática e pelo diálogo intergeracional. Embora iniciativas apoiadas por organizações como a WCS-Brasil tenham buscado formalizar alguns desses acordos, a aplicação das regras permanece majoritariamente informal. O problema central não é o desrespeito interno às normas, mas as incursões externas — especialmente de pescadores comerciais da Colômbia e do médio Içá — que violam regras locais e exploram os recursos de forma insustentável.

O uso da floresta é regulado de maneira semelhante por normas tácitas. As famílias acordam quais capoeiras estão prontas para o plantio, até onde as roças podem avançar sobre as bordas da floresta e quando determinadas áreas devem permanecer em pousio. Áreas com forte associação espiritual — como locais ligados a violências passadas, sepultamentos ancestrais ou aparições de seres da floresta — são frequentemente evitadas. Essas zonas de evitação integram uma geografia moral que organiza não apenas o espaço, mas também a história e a memória afetiva.

A governança no Alto Içá não é estática nem universalmente harmoniosa. Ela é constantemente negociada — e, por vezes, contestada. Em diversas comunidades, jovens expressaram frustração com a lentidão dos processos de consenso e com o espaço limitado para inovação. Alguns propuseram processos eleitorais mais formalizados, estatutos comunitários mais claros ou a criação de assembleias de mulheres. Em Três Corações, mulheres criticaram a exclusão de vozes femininas em decisões sobre distribuição de terras e implementação de projetos. Essas críticas foram expressas de forma respeitosa, mas clara — e muitos anciãos reconheceram sua legitimidade.

Ameaças, conflitos e disputas territoriais

Embora as comunidades do Alto Rio Içá mantenham sistemas de governança resilientes e adaptativos, elas enfrentam ameaças crescentes que colocam em risco sua autonomia, a gestão ambiental e a coesão interna. Essas ameaças emergem tanto de incursões externas quanto de tensões internas, moldadas por sobreposições de reivindicações fundiárias, ausência institucional e visões políticas divergentes. Em conjunto, configuram uma paisagem de conflitos socioambientais que diz respeito tanto ao reconhecimento e ao respeito quanto ao acesso a recursos.

As ameaças mais imediatas e frequentemente mencionadas nas seis comunidades foram as incursões não autorizadas de terceiros. Estas incluem pescadores comerciais colombianos, caçadores do médio Içá, *garimpeiros* (mineradores ilegais) e outros atores que chegam em embarcações motorizadas — muitas vezes à noite — e realizam atividades extrativas em lagos, igarapés e trechos de floresta utilizados pelas comunidades (ver Mapa de Conflitos).

Os moradores relataram de forma consistente que essas incursões violam normas estabelecidas de uso dos lagos e de períodos de pesca. “Eles usam luz e motor”, afirmou um ancião de São José. “Levam todo o peixe em uma noite e depois vão embora.” Esses atores frequentemente atuam com impunidade devido à ausência de presença estatal permanente — não há postos locais da Polícia Federal, do ICMBio ou da FUNAI nas comunidades ou em suas proximidades. Embora ocorram, ocasionalmente, ações de fiscalização em coordenação com a WCS-Brasil, estas são episódicas e não oferecem segurança de longo prazo.

Ainda mais preocupantes são os relatos de aumento da intimidação e da presença de armas de fogo, especialmente em áreas próximas à fronteira com a Colômbia. Em Mamuriá II, moradores lembraram um episódio em que pessoas desconhecidas alegaram ter “direito de pescar” e advertiram a comunidade a não interferir. Sem demarcação legal ou reconhecimento claro de direitos territoriais, as comunidades dispõem de poucos meios de resposta. Diversos jovens manifestaram o desejo de organizar patrulhas comunitárias, mas temem represálias violentas. “Estamos sozinhos aqui”, disse um líder. “E eles sabem disso.”

Essas incursões não apenas reduzem os estoques pesqueiros — elas minam a autoridade moral das regras locais e corroem a confiança das gerações mais jovens na governança coletiva. Quando terceiros desrespeitam as restrições de pesca sem sofrer consequências, torna-se mais difícil manter a adesão interna a essas mesmas normas.

Somando-se a essas pressões está a reivindicação sobreposta do PAE Vila Alterosa do Juí, um Projeto de Assentamento Agroextrativista legalmente instituído pelo INCRA em 2009. Embora o PAE tenha sido concebido para promover meios de vida sustentáveis baseados no uso florestal, na prática ele abriu espaço para a titulação individual de lotes, o parcelamento da terra e a potencial comercialização das áreas. Essa ambiguidade jurídica gera fricções dentro e entre as comunidades. Alguns moradores — especialmente aqueles com trajetórias mais longas em Santo Antônio do Içá ou com maior escolarização formal — veem o PAE como um caminho para acessar programas governamentais e infraestrutura. Outros, em especial anciãos e pessoas fortemente vinculadas a concepções espirituais e de parentesco da terra, enxergam o PAE como um “cavalo de Troia” — um mecanismo para enfraquecer a governança coletiva e permitir a ocupação por não indígenas. A tensão entre posse coletiva e titularidade individual não é nova na Amazônia, mas adquire peso particular neste contexto, em que as definições legais de propriedade permanecem indefinidas e as instituições estão amplamente ausentes.

As dinâmicas de gênero também moldam conflitos internos e as possibilidades de uma governança mais inclusiva. As mulheres desempenham papéis centrais na agricultura, na saúde, no cuidado com as crianças e na prática espiritual, mas frequentemente são excluídas dos espaços formais de tomada de decisão — especialmente em comunidades onde a Irmandade da Santa Cruz exerce forte influência. Em Três Corações e São José, mulheres relataram sentir-se “consultadas, mas não ouvidas” — esperadas para executar o trabalho comunitário, mas raramente chamadas a liderá-lo.

Diversas mulheres propuseram a criação de um conselho de mulheres para assessorar o cacique e as lideranças religiosas, com foco em temas como segurança alimentar, proteção da infância e saúde ambiental. Embora essas propostas tenham recebido apoio de alguns líderes, outros demonstraram hesitação, invocando a tradição ou papéis religiosos. Ainda assim, a demanda por uma base mais ampla de participação na governança foi inequívoca.

As mudanças climáticas e a crescente variabilidade hidrológica vêm agravando ameaças já existentes. Anciãos de Nova Floresta e Mamuriá I descreveram alterações nos padrões de chuva, inundações irregulares e mudanças nas rotas migratórias e nos períodos de reprodução dos peixes. Essas transformações afetam os calendários de plantio, as temporadas de pesca e a localização de trilhas de caça — elementos centrais da gestão territorial. “A lua já não

combina com o rio”, observou um ancião. “Nossos calendários estão confusos.”

À medida que a disponibilidade de recursos se torna menos previsível, os conflitos tendem a aumentar — entre e dentro das comunidades — em torno de quem pode pescar onde, quanto pode ser retirado e quais apetrechos são aceitáveis. A erosão de referências ambientais compartilhadas dificulta a construção de regras, pois normas consolidadas deixam de corresponder às realidades vividas. Nesse sentido, as mudanças climáticas não são apenas uma ameaça ecológica — são uma ameaça à coerência da governança costumeira.

Por fim, subjacente a muitos desses conflitos está a persistente ausência das autoridades formalmente constituídas do Estado brasileiro. Como floresta pública não destinada, a região é percebida externamente como uma “terra de ninguém”, onde os recursos estariam disponíveis para apropriação. Esse vácuo institucional cria uma assimetria de poder: as comunidades são cobradas a seguir normas informais e a se autorregular, enquanto atores externos operam sem responsabilização. As comunidades têm demonstrado notável criatividade para enfrentar essas lacunas — retomando acordos de pesca, propondo planos de monitoramento territorial e construindo coalizões intercomunitárias. Ainda assim, esses esforços não podem prosperar isoladamente. A ausência de reconhecimento formal, segurança jurídica e apoio técnico continuado impõe um teto estrutural ao que a governança comunitária consegue realizar sozinha.

Dinâmicas institucionais e caminhos possíveis

Ao longo do Alto Rio Içá, as comunidades indígenas vêm realizando o trabalho cotidiano da governança — organizando reuniões, manejando recursos, regulando o acesso ao território — em grande medida na ausência de apoio institucional consistente. Embora seus sistemas sejam robustos e internamente legítimos, eles operam em um cenário mais amplo marcado por negligência administrativa, ambiguidade jurisdicional e desconexão política em múltiplos níveis do Estado brasileiro.

Embora órgãos federais como a FUNAI e o INCRA sejam os mais diretamente implicados nas questões fundiárias e nos direitos indígenas, sua presença efetiva no Alto Rio Içá tem sido historicamente mínima ou inexistente. Contudo, a ausência institucional não se limita ao nível federal. O governo municipal de Santo Antônio do Içá mantém pouco engajamento contínuo com as comunidades indígenas

ribeirinhas do Alto Içá, e as relações existentes tendem a ocorrer de forma clientelista, sobretudo em períodos eleitorais. Demandas por infraestrutura permanecem sem resposta, e a maioria dos moradores percebe as autoridades locais como voltadas para o centro urbano, e não para a floresta ou seus afluentes. Órgãos do governo do estado do Amazonas também estão ausentes, e nesse vazio a governança recai quase inteiramente sobre os próprios comunitários.

Esse cenário de governança sem governo impõe encargos significativos. Lideranças comunitárias atuam como monitores ambientais, negociadores, defensores da saúde e intérpretes legais — sem remuneração, recursos ou autoridade formal. São instadas a cumprir regulações, mas carecem de reconhecimento ou de parceiros institucionais para fazer valer acordos ou proteger direitos.

Na ausência de autoridade pública coordenada, organizações da sociedade civil têm oferecido formas importantes — ainda que limitadas — de acompanhamento. A WCS-Brasil tem apoiado comunidades na elaboração de acordos de pesca, no mapeamento participativo e no fortalecimento de capacidades técnicas em monitoramento ambiental. Esses esforços são valorizados pelas lideranças como ferramentas concretas para afirmar reivindicações territoriais e aprimorar a gestão de recursos. Ainda assim, os moradores são cautelosos em não superestimar essas parcerias. As comunidades não buscam que ONGs substituam o Estado; buscam que o Estado reconheça e reforce a governança que já existe. Parcerias com ONGs e institutos técnicos podem fortalecer capacidades e dar visibilidade às demandas, mas não substituem a regularização fundiária, o reconhecimento legal ou um diálogo institucional sustentado.

Uma mudança significativa ocorreu em abril de 2025, com a criação formal, pela FUNAI, de um Grupo Técnico (GT) para iniciar os estudos de demarcação de uma Terra Indígena no Alto Rio Içá. Esse passo — aguardado há muito tempo pelas comunidades — representa o primeiro reconhecimento formal da reivindicação territorial indígena da região em mais de 15 anos. O GT abre uma janela crucial para alinhar a governança indígena *de facto* com o reconhecimento legal *de jure*. Os moradores enfatizaram repetidamente que a demarcação não criaria uma nova governança — validaria e protegeria a governança já existente. “Sempre cuidamos dessa terra”, afirmou um líder de Três Corações. “Agora queremos que o Estado reconheça esse cuidado.”

Ainda assim, a esperança é temperada pela cautela. Os moradores têm plena consciência de atrasos passados, da inércia burocrática e da volatilidade política. Diversas

lideranças expressaram receio de que o GT seja apenas simbólico, caso não seja seguido por trabalho técnico continuado, articulação interinstitucional e compromisso político em alto nível. Apesar dessas incertezas, as comunidades vêm propondo ativamente estratégias para fortalecer a governança a partir de dentro, incluindo:

- Renovar e ampliar acordos de pesca intercomunitários, especialmente em resposta ao aumento das incursões de pescadores comerciais e para fortalecer a normatização interna;
- Esclarecer o status legal das áreas designadas como PAE, com algumas propostas defendendo sua conversão em Terra Indígena e outras sugerindo arranjos híbridos de cogestão com o INCRA;
- Capacitar jovens e mulheres em liderança e monitoramento ambiental, desenvolvendo habilidades em uso de GPS, documentação e negociação;
- Formalizar espaços de participação feminina na governança, por meio de conselhos ou rodízio de funções de liderança, garantindo que as decisões reflitam a experiência de todos os segmentos comunitários;
- Criar plataformas intercomunitárias de diálogo, apoio mútuo e articulação política, particularmente relevantes em um contexto de ameaças crescentes e respostas institucionais desiguais.

Essas propostas não são reativas. Elas refletem planejamento intencional, baseado na experiência vivida e em um engajamento territorial de longa duração. As comunidades do Alto Içá não estão à espera de serem governadas — buscam consolidar e formalizar seus próprios sistemas. Aqui, a governança não emerge da legislação ou do decreto, mas de práticas duradouras de reciprocidade, construção de consensos e responsabilidade espiritual. Para que o Estado brasileiro seja um parceiro legítimo nesse território, precisa, antes de tudo, reconhecer que a governança já está em curso — e assim tem sido há gerações. O papel das instituições, portanto, não é substituir ou reorganizar sistemas comunitários, mas apoiá-los e protegê-los por meio de reconhecimento legal, alocação de recursos e coordenação respeitosa.

Conclusão

O Alto Rio Içá não é um espaço em branco no mapa. Trata-se de uma paisagem vivida, governada e espiritualmente ancorada, moldada por sistemas indígenas de cuidado,

reciprocidade e trabalho coletivo. Nesta região interfluvial remota, onde o Estado brasileiro ainda não reconheceu formalmente nenhuma área protegida ou Terra Indígena, as comunidades têm sustentado sistemas de governança coerentes que regulam o uso dos recursos, mediam conflitos e afirmam valores compartilhados de cuidado e convivência.

Este capítulo demonstrou que a governança no Alto Içá é plural, adaptativa e profundamente relacional. Ela se expressa por meio de lideranças baseadas no consenso, compromissos espirituais, práticas de trabalho comunitário e geografias morais que orientam como a terra, os lagos e as trilhas florestais são utilizados — ou evitados. Esses sistemas não são resquícios de uma tradição estática, mas estruturas vivas, que continuam a se transformar em resposta a mudanças sociais e ambientais (Rodrigues 2025).

Ao mesmo tempo, esses sistemas encontram-se sob ameaça. Atores externos — que vão desde pescadores comerciais até garimpeiros e grileiros — violam normas locais e exploram a ambiguidade jurídica da região. Tensões internas, incluindo disputas sobre titulação da terra, sucessão de lideranças e participação de gênero, também complexificam a governança. Mais significativamente, as comunidades são deixadas para enfrentar essas pressões com pouco ou nenhum apoio do Estado brasileiro.

Ainda assim, o Alto Rio Içá apresenta um potencial excepcional como modelo de conservação liderada por povos indígenas. Suas florestas permanecem amplamente intactas; seus sistemas aquáticos são ecologicamente ricos; e suas comunidades articularam uma visão unificada de governança territorial que integra dimensões ecológicas, espirituais e culturais. Em um momento de crise planetária e de intensificação das pressões sobre as fronteiras amazônicas, a defesa desse território não é apenas uma prioridade local — é um imperativo nacional e global.

Ao reconhecer e apoiar os sistemas de governança que já existem, o Brasil tem a oportunidade de assegurar a proteção de longo prazo de uma das regiões biologicamente e culturalmente mais resilientes da Amazônia. O reconhecimento territorial não é o fim desse processo — é o início de um futuro no qual liderança indígena, ciência intercultural e políticas públicas convergem para proteger a vida ao longo das gerações.

Chapter 11—Governance and Socio-environmental Conflicts

Authors: Jeremy M. Campbell, Regina Silva, Elliott Oakley, and Reginaldo Obi Ala

Introduction

This chapter explores how Indigenous communities along the Alto Rio Içá govern their territories, manage natural resources, and respond to growing socio-environmental pressures. It seeks to understand the values and practices that sustain local governance systems and the dynamics that challenge or transform them. Specifically, we ask: (1) What norms, institutions, and strategies shape local governance in the Alto Rio Içá? and (2) What kinds of socio-environmental threats—internal and external—confront these systems?

We approach governance not as a static institutional structure, but as a set of practices embedded in the everyday life of communities. These practices regulate access to land and water, organize collective decision-making, and mediate both interpersonal relationships and the community's engagement with outside actors. This conception draws from political anthropology and Indigenous governance studies, which define governance as both the “capacity to govern” and the “right to self-govern,” rooted in local cosmologies, moral economies, and systems of mutual obligation. Socio-environmental conflict, in turn, is understood as a disruption to these practices—arising from competition over resources, contested territorial claims, or the imposition of incompatible legal or economic models (see Zárate-Rueda et al. 2022). In the Alto Rio Içá, such disruptions are not abstract: they are lived experiences, entangled with environmental degradation, institutional absence, and emerging political claims.

The unit of analysis for this chapter is a politically cohesive set of six Indigenous communities that are aligned with the ongoing proposal to demarcate a unified Indigenous Territory in the Alto Rio Içá: Mamuriá I, Mamuriá II, Nova Floresta, Três Corações de Jesus, Nova Esperança, and São José. The population of these communities, primarily composed of Kokama, Tikuna, and Kambeba families, is estimated at around 250 people. Most of the communities were founded in the 1980s and 1990s by Indigenous families seeking to return to ancestral territories following the collapse of the rubber economy and a period of intense hardship and insecurity in Santo Antônio do Içá. Two additional communities in the region, which share similar geographic and cultural profiles,

declined to participate in the research due to political disagreements over the path forward—particularly around whether to support Indigenous territorial demarcation or the regularization of INCRA's agrarian settlement plan (PAE).

Methods

This chapter draws on ethnographic and participatory methods designed specifically to document Indigenous governance practices, conflict management strategies, and territorial decision-making in the Alto Rio Içá. Rather than restating the full methodological framework of the Social Inventory, this section highlights only those approaches most directly relevant to the analysis of governance and socio-environmental conflicts. A detailed account of the overall research design, conceptual framework, and methods employed across the Social Inventory is presented in Chapter 8 – General Panorama of the Social Inventory.

Pre-Fieldwork: The research team conducted a targeted review of documents and institutional frameworks related to land tenure, governance, and environmental regulation in the Alto Rio Içá. This included historical accounts of community formation, analyses of the Cruzada (Irmandade da Santa Cruz), existing fisheries agreements (*Acordos de Pesca*), and public records from FUNAI, INCRA, ICMBio, and SESAI. Based on this review, a set of guiding questions was developed to orient data collection on leadership structures, decision-making processes, resource-use norms, internal and external conflicts, and institutional engagement.

Fieldwork: Social research in May 2025 focused on six Indigenous communities aligned with the proposal to demarcate a unified Indigenous Territory in the Alto Rio Içá. Data were generated primarily through semi-structured group conversations, conducted in communal spaces and involving elders, caciques, women, youth, religious leaders, and other recognized community figures. These discussions addressed leadership selection, governance norms, fisheries and forest management rules, conflict resolution mechanisms, and perceived threats. Research activities were co-facilitated by Indigenous collaborators, enabling culturally grounded dialogue and interpretation. In addition, communities

participated in the construction of collective timelines and participatory maps, situating present governance challenges within longer historical trajectories and spatial configurations of territorial control.

Post-Fieldwork: Following fieldwork, researchers compiled detailed field notes and thematic summaries of recorded conversations. Data were analyzed collaboratively to identify patterns in governance practices, sources of conflict, institutional gaps, and strategies for territorial defense. Findings were triangulated across communities and contextualized using regional scholarship and policy frameworks. Draft analyses were reviewed internally by the research team, including Indigenous collaborators, prior to finalization.

Results and Discussion

The Alto Rio Içá is one of the last major forested interfluves in Brazil's western Amazon without formal territorial recognition. It is a federal public forest—undesignated, unprotected, and legally ambiguous. From a governance perspective, this status creates both vulnerability and urgency. While communities continue to regulate land, water, and forest use through their own systems of norms and decision-making, they lack formal legal recognition of their tenure, leaving them exposed to incursions, speculation, and the growing footprint of illegal economies. Brazil's Ministry of the Environment has classified this region as of “extremely high importance” for biodiversity conservation. Yet institutional presence remains weak or absent: FUNAI does not maintain a permanent office in the area; SESAI and ICMBio are sporadic presences; and INCRA's claim over the land, through the PAE Vila Alterosa do Juí, is inconsistently implemented and poorly understood by residents.

The tri-border geopolitical context—with the region situated near the intersection of Brazil, Colombia, and Peru—intensifies these challenges. Communities report regular incursions by Colombian fishers, hunters, and, increasingly, actors associated with narcotrafficking and illegal mining. The Alto Içá is thus a site where Indigenous governance must operate under conditions of institutional neglect, legal ambiguity, and territorial dispute—not only between local actors but also with neighboring states and transboundary pressures.

At the same time, this is not simply a context of threat or absence. The six focal communities of the Alto Rio Içá demonstrate robust and adaptive governance systems

grounded in reciprocal labor (*mutirão*), collective decision-making, spiritual obligation, and ethical stewardship of territory. Caciques and elders exercise leadership not through command, but through consensus-building and relational trust. Families collaborate on land rotation, forest regeneration, lake protection, and ceremonial practice. Resource management decisions—when to plant, where to fish, how to respond to encroachment—are debated in community meetings, guided by customary norms, and informed by ecological and spiritual knowledge passed down across generations.

Religion plays a key structuring role. The Irmandade da Santa Cruz, a lay Catholic movement with strong moral and organizational influence in the region, often overlaps with political authority, shaping leadership norms and regulating behavior. While this system has supported peace, cooperation, and shared labor, it has also, at times, limited broader participation—especially among women and youth. These internal dynamics, like the external pressures, are part of the story of governance in the Alto Rio Içá.

Territorial governance here also reflects an ongoing process of resurgence. As documented by Rubim (2016a, 2016b) and Pontes (2018), Indigenous identity in the Alto Solimões has been reshaped through land-based struggles, political mobilization, and the creative (re)interpretation of tradition. In the Alto Içá, the convergence of community governance, territorial claims, and environmental protection reveals a model of governance that is deeply rooted in cultural continuity, yet responsive to change. This chapter aims to document and analyze this model: its strengths, tensions, and its potential to inform a broader politics of Indigenous-led conservation and territorial management.

By analyzing the governance systems of the Alto Rio Içá, we contribute to a growing scholarship that emphasizes the central role of Indigenous peoples in Amazonian conservation—not as beneficiaries or collaborators, but as knowledge-holders and territorial authorities. We also engage with contemporary debates around plural governance, intercultural science, and the future of legal and institutional recognition in the Amazon.

Governance, Social Organization, and Norms

In the six communities of the Alto Rio Içá visited during this study, governance is not a static structure but a fluid, negotiated practice rooted in kinship, reciprocity, spiritual cosmology, and collective labor. Rather than being externally imposed or bureaucratically codified, these systems are

sustained through practice—by the ways people cultivate gardens, fish lakes, settle disputes, call meetings, and decide who can be trusted to lead. While each community has its own trajectory and internal dynamics, all share a common vision of territory as a lived and moral landscape, where decisions are relationally negotiated and spiritually anchored.

The primary political authorities in these communities are caciques, usually selected through community consensus rather than formal elections. Leadership often emerges from a combination of moral standing, kinship ties, ritual knowledge, and a demonstrated history of service to the community. In several communities, the role of cacique is passed from parent to child, but always with the consent of the broader group.

The cacique is responsible for convoking meetings, representing the community in dealings with outsiders (e.g., government agencies, NGOs, church institutions), resolving disputes, and organizing collective events. However, authority is rarely centralized. Elders, spiritual leaders, and church figures often play parallel roles, shaping consensus through storytelling, moral suasion, and ritual invocation. As one elder in Nova Esperança put it, “The cacique listens. He doesn’t order. If he orders, no one goes to the meeting.”

A major structuring force in the social and moral life of many communities is the Cruzada or Irmandade da Santa Cruz, a lay Catholic movement that originated in the Alto Solimões and spread widely among Tikuna, Kokama, and Kambeba communities. Members of the Cruzada engage in moral discipline, abstention from alcohol, daily prayer rituals, and collective fasting. The Irmandade is often viewed as a stabilizing force, reinforcing nonviolence, community order, and shared norms of behavior.

In some communities, especially Mamuriá I and Três Corações, leaders in the Cruzada are also seen as co-governors, offering moral legitimacy to the political work of the cacique. Church spaces double as governance venues. Conflicts are prayed over, as well as debated. However, the influence of the Cruzada is not unproblematic. Some women and youth express concern that its dominance limits alternative visions of leadership and participation. In São José, for example, non-Cruzada families reported feeling “invisible” in community meetings, unable to question decisions seen as divinely endorsed.

The Irmandade’s role in governance exemplifies a broader dynamic in the Alto Içá: governance as normatively dense, where political authority is always bound to spiritual and moral codes. Whether this fosters harmony or exclusion depends on context, but its presence is undeniable.

One of the most consistent themes across all six communities was the central role of the *mutirão*, or collective work party. These events mobilize community labor for tasks such as planting manioc, building houses, digging canoes, or cleaning shared paths. Organized by the cacique or other respected figures, *mutirões* are not paid but reciprocated—participants know they will one day be helped in return. More than an economic strategy, the *mutirão* is a technique of governance. It tests a leader’s legitimacy (“who can call people to work”), strengthens community cohesion, and reinforces norms of mutual aid.

Beyond collective labor in *roças*, house or boat construction, and the organization of festivals, principles of local governance extend to the management of aquatic and forest resources as well. Each community has its own rules about when, where, and how to fish. These rules are typically based on seasonal cycles, lunar phases, and collective deliberation. For example, the spawning periods (or *piracema*) of a variety of fish are carefully tracked, with fishing strictly prohibited during this time. Certain lakes are designated for exclusive use; others are open to rotation. In São José, lakes near sacred sites are subject to additional restrictions, rooted in beliefs about the presence of *encantados*, or spirit beings, who protect or punish based on human behavior.

These fishing management agreements were collectively negotiated both within and among Alto Rio Içá communities over the past two decades. They serve the twinned goal of organizing local behavior so as to avoid internal conflict and enacting a system of management to deter unauthorized activity by outsiders. These norms are well known within the community but are not always formalized in writing. Instead, they are taught through practice and intergenerational dialogue. While fishing accords supported by NGOs such as WCS-Brasil have attempted to codify some of these rules, enforcement remains largely informal. The problem is not internal disrespect for rules but external incursions, particularly by commercial fishers from Colombia and the middle Içá, who violate local norms and extract resources unsustainably.

Forest use is similarly governed by tacit rules. Families agree on which capoeiras are ready for planting, how far gardens can extend into forest margins, and when certain zones should be left fallow. Areas with strong spiritual associations—such as places linked to past violence, ancestral burials, or sightings of forest beings—are often left untouched. These “avoidance zones” are part of a moral geography that organizes not only space, but history and emotion.

Governance in the Alto Içá is not static or universally harmonious. It is regularly negotiated—and sometimes contested. In several communities, youth expressed frustration with the slowness of consensus-building and the limited space for innovation. Some proposed more formalized electoral processes, clearer community statutes, or the inclusion of women's assemblies. In Três Corações, women criticized the exclusion of female voices in decisions about land distribution and project implementation. These critiques were voiced respectfully but clearly—and many elders acknowledged their validity.

Threats, Conflicts, and Territorial Disputes

While communities along the Alto Rio Içá maintain resilient and adaptive governance systems, they face mounting threats that jeopardize their autonomy, environmental stewardship, and internal cohesion. These threats emerge from both external incursions and internal tensions, shaped by overlapping land claims, institutional absence, and shifting political visions. Together, they form a landscape of socio-environmental conflict that is as much about recognition and respect as it is about resource access.

The most immediate and frequently mentioned threats across the six communities were unauthorized incursions by outsiders. These include Colombian commercial fishers, middle-Içá hunters, garimpeiros (illegal miners), and other actors who arrive by motorboat, often at night, and conduct extractive activities in local lakes, streams, and forest patches. (See Conflicts Map)

Community members consistently reported that these incursions violate established norms of lake use and fishing seasons. “They use lights and motors,” one elder in São José said. “They take all the fish in one night, then they’re gone.” These actors often operate with impunity due to the absence of a permanent state presence—no local post of the Federal Police, ICMBio, or FUNAI exists within or near the communities. While occasional patrols are conducted in coordination with WCS-Brasil, these are episodic and do not provide long-term security.

More alarming are reports of increased intimidation and presence of firearms, particularly in areas close to the Colombian border. In Mamuriá II, residents recalled an incident in which unknown outsiders claimed to have a “right to fish” and warned the community not to interfere. Without legal demarcation or clear recognition of territorial rights, communities have little recourse. Several youth expressed a

desire to organize community patrols, but fear violent retaliation. “We’re alone here,” one leader said. “And they know that.”

These incursions do more than deplete fish stocks—they undermine the moral authority of local rules and erode the confidence of younger generations in collective governance. When outsiders violate fishing restrictions and face no consequences, internal adherence to those same rules becomes more difficult to maintain.

Adding to the pressure is the overlapping claim of INCRA's PAE Vila Alterosa do Juí, a legally established agro-extractive settlement project created in 2009. While the PAE was intended to promote sustainable livelihoods through forest-based activities, in practice, it has opened the door to individual land titling, parceling, and the potential sale of lots. This legal ambiguity creates friction within and between communities. Some residents, especially those with longer histories in Santo Antônio do Içá or formal schooling, see the PAE as a pathway to government programs and infrastructure. Others, particularly elders and those steeped in spiritual and kinship-based understandings of land, view the PAE as a Trojan horse—a mechanism for weakening collective governance and allowing non-Indigenous occupation. The tension between collective tenure and individual entitlement is not new in the Amazon, but it takes on particular weight here, where legal definitions of land ownership remain unresolved and institutions are largely absent.

Gender dynamics also shape internal conflict and the possibilities for more inclusive governance. Women play critical roles in agriculture, health, child-rearing, and spiritual practice, but they are often excluded from formal decision-making spaces, especially in communities where the Irmandade da Santa Cruz holds sway. In Três Corações and São José, women described feeling “consulted, but not heard”—expected to carry community work but rarely asked to lead it.

Several women proposed the creation of a women's council to advise the cacique and church leadership, focusing on topics like food security, child protection, and environmental health. While these proposals were met with support by some leaders, others hesitated, citing tradition or religious roles. Still, the demand for a broader base of participation in governance was unmistakable.

Climate change and hydrological variability are compounding existing threats. Elders in Nova Floresta and Mamuriá I described changes in rainfall patterns, irregular flooding, and shifts in fish migration and spawning.

These alterations affect planting schedules, fishing seasons, and the location of hunting trails—core aspects of territorial management. “The moon doesn’t match the rivers anymore,” one elder noted. “Our calendars are confused.”

As resource availability becomes less predictable, so too does conflict increase—between and within communities, over who can fish where, how much can be taken, and what kinds of gear are acceptable. The erosion of shared environmental baselines makes rule-making more difficult, as long-held norms no longer align with lived realities. In this sense, climate change is not simply an ecological threat—it is a threat to the very coherence of customary governance.

Finally, underlying many of these conflicts is the persistent absence of the formally-constituted authorities of the Brazilian state. As undesignated public forestland, the region is seen from without as a “no-man’s land” where resources are up for grabs. This institutional vacuum creates an asymmetry of power: communities are held to informal norms and self-regulation, while external actors operate without accountability. Communities have shown remarkable creativity in addressing these gaps—reviving fishing accords, proposing territorial monitoring plans, and building cross-community coalitions. Yet these efforts cannot succeed in isolation. The lack of formal recognition, legal security, and sustained technical support places a ceiling on what community governance can accomplish alone.

Institutional Dynamics and Pathways Forward

Across the Alto Rio Içá, Indigenous communities are carrying out the work of governance—organizing meetings, managing resources, regulating access to territory—largely in the absence of consistent institutional support. While their systems are robust and internally legitimate, they are forced to operate within a wider landscape marked by administrative neglect, jurisdictional ambiguity, and political disconnection across multiple levels of the Brazilian state.

While federal agencies like FUNAI and INCRA are the most directly implicated in land tenure and Indigenous rights, their effective presence in the Alto Rio Içá has historically been minimal to nonexistent. Yet institutional absence is not limited to the federal level. The municipal government of Santo Antônio do Içá has little sustained engagement with the riverine Indigenous communities of the Alto Rio Içá, and what relationships exist are typically conducted in a clientelistic manner near election time. Infrastructure requests go unanswered, and most residents

perceive local authorities as oriented toward the urban center, not the forest or its tributaries. Agencies from the state of Amazonas are also absent, and in this void governance falls almost entirely on the shoulders of communities themselves.

This landscape of governance without government imposes heavy burdens. Community leaders must act as environmental monitors, negotiators, health advocates, and legal interpreters—without compensation, resources, or authority. They are asked to comply with regulations, yet lack recognition or institutional partners to enforce agreements or protect rights.

In the absence of coordinated public authority, civil society organizations have provided important, though limited, forms of accompaniment. WCS-Brasil has helped communities develop fishing accords, conduct participatory mapping, and build technical capacity in environmental monitoring. These efforts are valued by community leaders as concrete tools for asserting territorial claims and managing resources more effectively. Still, community members are careful not to overstate these partnerships. Communities are not looking for NGOs to replace the state; they are looking for the state to recognize and reinforce the governance that already exists. While partnerships with NGOs and technical institutes can build capacity and help make claims visible, they are no substitute for land regularization, legal recognition, or sustained institutional dialogue.

A significant shift occurred in April 2025 with the formal creation of a Grupo Técnico (Working Group) by FUNAI to initiate studies for the demarcation of an Indigenous Territory in the Alto Rio Içá. This step—long awaited by communities—is the first formal acknowledgment of the region’s Indigenous territorial claim in over 15 years. The GT opens a crucial window for aligning *de facto* Indigenous governance with *de jure* legal recognition. Community members repeatedly stressed that demarcation would not create new governance—it would validate and protect the governance already in place. “We’ve always taken care of this land,” said a leader in Três Corações. “Now we want the state to recognize that care.”

Still, caution tempers hope. Residents are acutely aware of past delays, bureaucratic inertia, and political volatility. Several leaders expressed concern that the GT may be symbolic unless followed by sustained technical work, inter-agency collaboration, and high-level political commitment.

Despite this uncertainty, communities are actively proposing strategies to strengthen governance from within, including:

- Renewing and expanding intercommunity fishing agreements, particularly in response to rising incursions by commercial fishers and to strengthen internal rule-making
- Clarifying the legal status of PAE-designated areas, with some proposing their conversion into Indigenous land, and others calling for the development of hybrid co-management arrangements with INCRA
- Training youth and women in leadership and environmental monitoring, building skills in GPS use, documentation, and negotiation
- Formalizing women's spaces in governance, through councils or rotating leadership roles, to ensure that decisions reflect the experience of all community members
- Creating cross-community platforms for dialogue, mutual support, and political articulation—especially important in a context of rising threats and uneven institutional response

These proposals are not reactive. They reflect intentional planning, based on lived experience and long-term territorial engagement. The communities of the Alto Içá are not waiting to be governed—they are seeking to consolidate and formalize their own systems. Here, governance does not emerge from legislation or decree, but from long-standing practices of reciprocity, consensus-building, and spiritual responsibility. For the Brazilian state to be a legitimate partner in this territory, it must first recognize that governance is already happening—and has been for generations. The role of institutions, then, is not to replace or reorganize community systems, but to support and protect them through legal recognition, resource allocation, and respectful coordination.

Conclusion

The Alto Rio Içá is not a blank space on the map. It is a lived, governed, and spiritually anchored landscape shaped by Indigenous systems of care, reciprocity, and collective labor. In this remote interfluvial region, where the Brazilian state has yet to recognize a single protected area or Indigenous territory, communities have sustained coherent governance systems that regulate resource use, resolve disputes, and uphold shared values of stewardship and coexistence.

This chapter has shown that governance in the Alto Içá is plural, adaptive, and deeply relational. It is enacted through consensus-based leadership, spiritual commitments, communal work practices, and moral geographies that guide how land, lakes, and forest paths are used—or avoided. These systems are not relics of tradition, but living frameworks that continue to adapt in response to social and environmental change (Rodrigues 2025).

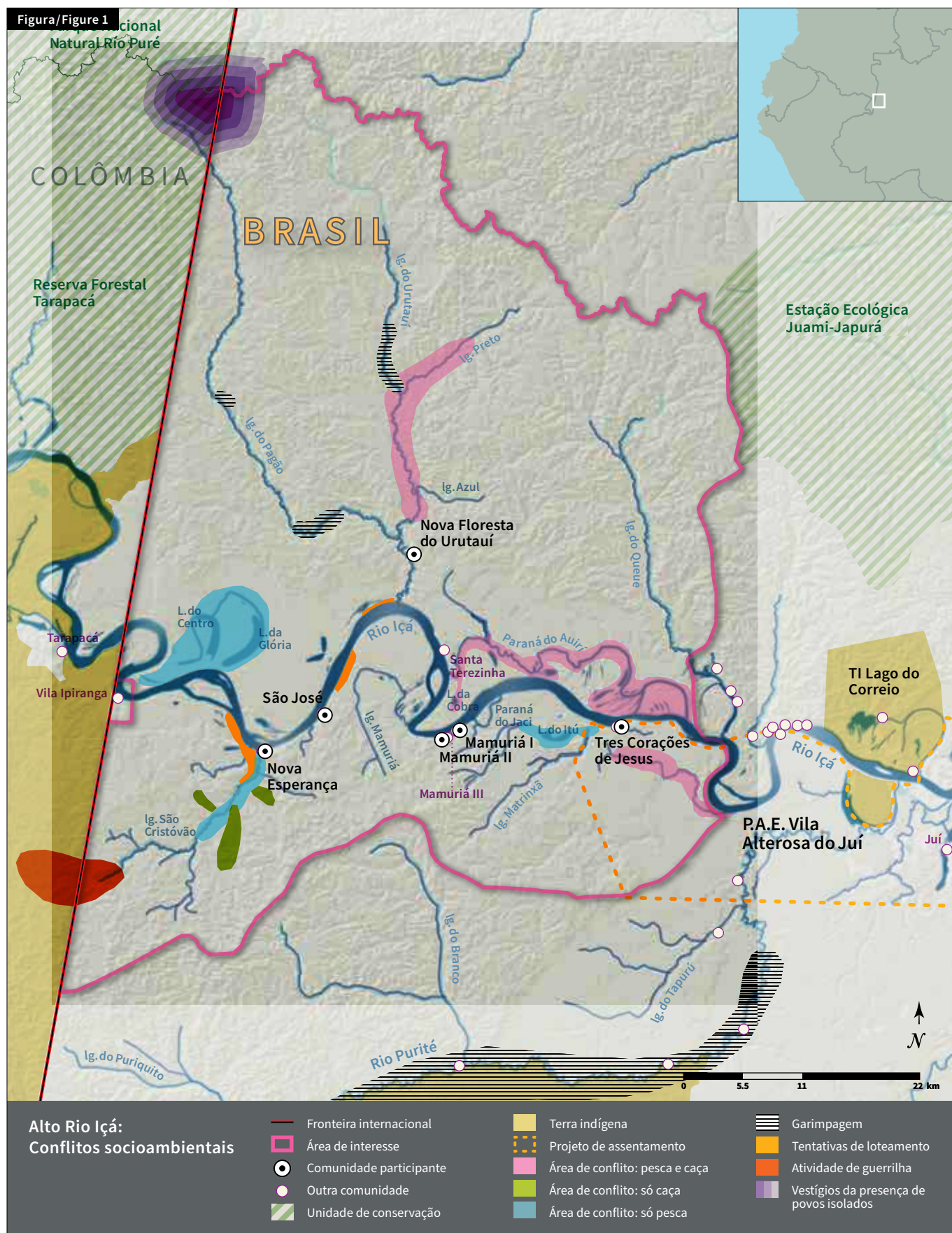
At the same time, these systems are under threat. External actors—ranging from commercial fishers to illegal miners and land grabbers—violate local norms and exploit the legal ambiguity of the region. Internal tensions, including those over land titling, generational leadership, and gendered participation, further complicate governance. Most significantly, communities are left to manage these pressures with little or no support from the Brazilian state.

Nevertheless, the Alto Rio Içá holds exceptional potential as a model of Indigenous-led conservation. Its forests remain largely intact; its aquatic systems are ecologically rich; and its communities have articulated a unified vision for territorial governance that integrates ecological, spiritual, and cultural dimensions. In a time of planetary crisis and growing pressure on Amazonian frontiers, the defense of this territory is not just a local priority—it is a national and global imperative.

By recognizing and resourcing the governance systems that already exist, Brazil has an opportunity to secure the long-term protection of one of the most biologically and culturally resilient regions in the Amazon. Territorial recognition is not the end of this process—it is the beginning of a future in which Indigenous leadership, intercultural science, and public policy converge to protect life across generations.

Figura 1 (pág 14). Mapa mostrando uma série de conflitos socioambientais presentes no Alto Içá, Amazonas, Brasil. Dados coletados durante um inventário rápido da região em maio de 2025.

Figure 1 (page 14). Map showing a series of socio-environmental conflicts present in the Upper Içá, Amazonas, Brazil. Data collected during a rapid inventory of the region in May 2025.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / BIBLIOGRAPHY

Atlas dos Acordos de Pesca do Estado do Amazonas. 2022.

Manaus: Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM), Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA/AM).

Instituto Socioambiental (ISA). 2024. “Ciência intercultural e os territórios indígenas da Amazônia.” *Boletim Socioambiental*, n. 17.

Levis, Carolina; et al. 2024. “Indigenizing Conservation Science for a Sustainable Amazon.” *PNAS Nexus*, v. 3, n. 1, p. 1–8.

Lopes, Gilvânia; Noda, Silvia. 2021. “História ambiental no Alto Solimões, Amazonas: construções e (re)construções em comunidades indígenas e ribeirinhas a partir das dinâmicas da vida e do trabalho.” *Revista História e Diversidade*, v. 3, n. 1, p. 86–103.

Pontes, Pedro. 2018. *Vila Alterosa do Juí: Memórias e identidade étnica em contexto indígena Kokama no Alto Solimões*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social — Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus.

Rodrigues, Ana Carla et al. 2025. Community-based management expands ecosystem protection footprint in Amazonian Forests. *Nature Sustainability* 10.1038/s41893-025-01633-6

Rubim, Antonio G. 2016a. *Ressignificação dos Kokama em Santo Antônio do Içá, Alto Solimões: traçando novos caminhos*. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 65, p. 129–152.

Rubim, Antonio G. 2016b. *O reordenamento político e cultural do povo Kokama: uma análise antropológica do movimento indígena no Alto Solimões*. In: *Anais da Reunião Brasileira de Antropologia*, João Pessoa.

Zárate-Rueda. 2022. Socioenvironmental conflicts and social representations surrounding mining extractivism at Santurban. *Nature Scientific Reports* 12:9948.